



CORRUPÇÃO - UM OBSTÁCULO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ACÁCIA BARRETO MENEZES

EIXO: 23. PESQUISA FORA DO CONTEXTO EDUCACIONAL

RESUMO

Independente dos vários conceitos de corrupção sejam eles jurídicos, sociológicos, clássicos ou modernos, não cessaram e nem cessarão os efeitos danosos e a sua amplitude. O Estudo tem por objetivo identificar os impactos proporcionados pela corrupção no desenvolvimento econômico. Fundamentado em pesquisa bibliográfica de autores de renome nacional, bem como em consulta a sites sobre corrupção, crescimento e desenvolvimento econômico, índices de corrupção e indicadores econômicos e sociais. A pesquisa apresenta o resultado como a corrupção tem sido o maior entrave ao crescimento e ao desenvolvimento de muitos países, inclusive do Brasil, percebe-se que a corrupção tem gerado deficiências ao diminuir a disponibilidade de bens e serviços para a população por comprometer a eficácia administrativa do Estado.

Palavras-chave: Corrupção, Desenvolvimento Econômico, População.

RESUMEN

Independientemente de los distintos conceptos de la corrupción ya sean legales, sociológicos, clásica o moderna, no se detuvo ni cesarán los efectos nocivos y su amplitud. El estudio tiene como objetivo identificar los impactos causados por la corrupción en el desarrollo económico. Con base en la revisión de la literatura de autores de renombre a nivel nacional, así como en consulta con los sitios en la corrupción, el crecimiento económico y el desarrollo, los índices de corrupción y los indicadores económicos y sociales. La investigación presenta el resultado como la corrupción ha sido el mayor obstáculo para el crecimiento y desarrollo de muchos países, entre ellos Brasil, está claro que la corrupción ha generado deficiencias mediante la reducción de la disponibilidad de bienes y servicios para la población por compromiso la eficiencia administrativa del Estado.

Palabras clave: Corrupción, Desarrollo Económico, Población.

INTRODUÇÃO

Diante da avalanche de escândalos e denúncias divulgadas sobre a corrupção, que vai do “Oiapoque ao Chuí” nos setores públicos e privados nos últimos anos, tem-se a impressão que de forma significativa, ela está aumentando no Brasil e está se tornando uma rotina abordar sobre a corrupção.

Esta palavra, corrupção, provém do latim *corruptio* e significa ação ou efeito de corromper-se; degradação de costumes; ação de seduzir por dinheiro, presentes, etc., levando alguém a afastar-se da retidão; suborno.

No Direito brasileiro, a palavra “corrupção” aparece na linguagem em duas interpretações diferentes: perversão e suborno. Perversão, segundo Oliveira (1994, p. 38), “é induzir à libertinagem, tal como acontece no crime de corrupção de menores, definido no art. 218 do Código Penal (*Induzir alguém menor de 14 (quatorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem*)”. Sobre suborno, para Oliveira (1994, p. 38), “é pagar ou prometer algo não devido para conseguir a realização de ato de ofício; ser corrompido é aceitar vantagem patrimonial indébita”.

Independente dos vários conceitos de corrupção sejam eles jurídicos, sociológicos, clássicos ou modernos, não cessaram e nem cessarão os efeitos danosos e a sua amplitude. Seja no contexto nacional ou internacional, percebe-se que a corrupção tem gerado deficiências que comprometem a eficácia administrativa do Estado, o que reflete na qualidade de vida da população.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os impactos proporcionados pela corrupção no desenvolvimento econômico, especificamente, no desenvolvimento brasileiro. Fundamentado em pesquisa bibliográfica de autores de renome nacional, bem como em consulta a sites confiáveis sobre corrupção, crescimento e desenvolvimento econômico, índices de corrupção e indicadores econômicos e sociais.

Sendo assim, o trabalho foi estruturado em quatro seções: a primeira aborda os fatores que são fortes incentivadores da existência da corrupção, seja ela, brasileira ou internacional; a segunda apresenta o diferencial de crescimento e desenvolvimento econômico, descrevendo indicadores econômicos e sociais; na terceira apresenta o indicador que mede o grau de corrupção, e os prejuízos proporcionados por ela; e na última, as considerações finais.

OS FATORES CAUSAIS DA CORRUPÇÃO:

Corrupção é um fenômeno muito complexo que está presente em diferentes países de diferentes tipos de regime político-econômico. Para Souza,

[...] se a corrupção teve início na mais remota antiguidade; se nasceu ou se faz mais intensa no sistema econômico do capitalismo, socialismo ou comunismo; [...], é **menos importante** do que constatar que ela faz parte da condição humana, que não é perfeita. (SOUZA, 2011, p. 44, grifo nosso).

No Brasil, podemos elencar vários exemplos de escândalos de corrupção noticiados pela imprensa nacional e internacional, nos mais diversos períodos da História brasileira, como: Máfia da Previdência em março de 1991; Caso Collor em maio de 1992; Anões do Orçamento em Outubro de 1993; Ferrovia Norte-Sul em Maio de 1987; Desvios de Verbas do TRT-SP em Maio de 1999; Garotinho e a turma do Chuvisco em Abril de 2000; Operação Anaconda em Novembro de 2003; Dólares na cueca em Julho de 2005; Escândalo do Mensalão em Junho de 2005; Escândalo dos sanguessugas em Maio de 2006; Palocci consultor em Junho de 2011; Escândalo no Esporte em Outubro de 2011; Caso Cachoeira em Fevereiro de 2012; Petrolão em Novembro de 2014; Operação Lava Jato em Março de 2014.

Durante anos, no Brasil, escândalos de corrupção como estes, envolvendo o uso do tráfico de influência, suborno ou propina, nepotismo, utilização de informação governamental privilegiada para fins pessoais, ou de pessoas próximas, recebimento de presentes ou de serviços de alto valor por autoridades ou altos empresários, extorsão, compra e venda de sentenças judiciais vêm demonstrar que a corrupção encontra-se fortemente impregnada na sociedade brasileira, tanto nas grandes operações quanto no cotidiano. Na sociedade internacional não é diferente. Atualmente, é grande a

repercussão do escândalo envolvendo a entidade que comanda o futebol internacional - Caso FIFA.

“A corrupção é a via mais rápida de acesso ao poder. Ela se manifesta por meio de apoio político, tanto antes quanto depois do governo instalado” (MEDEIROS, 2010). Os candidatos a qualquer cargo político, de acordo com Delforge,

[...] gastam rios de dinheiro para se elegerem na expectativa de conseguir, durante o mandato, ganhos compensatórios muito superiores aos gastos com a campanha. Esses ganhos futuros podem assumir variadas formas, tais como: licitações públicas viciadas em favor de suas próprias empresas ou de empresas de parentes ou “contribuintes” de sua campanha; destinação de verbas públicas para entidades fantasmas a título de doação; concessão de empréstimos subsidiados, incentivos fiscais especiais e outros subsídios para empresas “amigas”; decisões de políticas públicas diversas favorecendo certos grupos. (DELFORGE, 2011, p.64).

Segundo Andrioli, a corrupção passa a ser tolerada e pessoas corruptas são

[...] encaradas como espertas ao invés de serem caracterizadas como criminosas, o que também está fortemente relacionado à forma sensacionalista como os escândalos de corrupção geralmente são apresentados à opinião pública. Essa forma de encarar determinadas situações é comumente chamada de “jeitinho brasileiro”, como sendo a “criatividade de encontrar uma saída para tudo”. (ANDRIOLI, 2006).

Independente de o país ser desenvolvido ou subdesenvolvido, a corrupção está presente em todos os cenários políticos, econômicos e sociais. Mas afinal, que fatores repercutem para o surgimento desse germe intitulado corrupção?

As causas geradoras da corrupção, para Souza (2011, p. 122), “são desde as materiais até as psicológicas, desde as procuradas até as ofertadas (propinas). De oportunidade mínima à oportunidade máxima, investe o corruptor e cede o corrupto (o corrompido)”.

Concorrem para a corrupção, os fatores causais, proveniente da natureza humana; e os fatores ocasionais, responsáveis pela facilitação do aparecimento e progresso da deterioração da vontade (OLIVEIRA, 1994). Dos fatores causais, segundo Oliveira (1994, p. 142), “o maior de todos é a impunidade, que apaga o receio e acende a ousadia”.

Estudos salientam outros fatores ocasionais na corrupção brasileira como:

[...] degradação do trabalho, onde servidores com altos salários quase sempre desproporcionais aos cargos que ocupam; especulação financeira; burocracia; figura do intermediário, do despachante a exigir propina em troca de facilidades; incontrolabilidade das empresas estatais; Incentivos fiscais que se prestam à fraude e à agiotagem; falta de transparência; baixa participação política da sociedade civil, pela falta de educação política que aumenta a propensão do cidadão em não defender ou mesmo de não exercer seus direitos de cidadania; grande quantidade de leis confusas, que levam o administrador a uma série de interpretação equivocadas; crescente profissionalização da política, o que aumenta o custo das campanhas eleitorais e a dependência dos candidatos pelas empresas e empreiteiras dispostas a investir em troca de favores; morosidade da justiça; sigilos bancários e fiscais, vistos como necessidades de proteção à privacidade para os cidadãos, transformaram-se em uma generalização; foro privilegiado para autoridades públicas em modos exagerados. (OLIVEIRA, 1994; HAGE, 2008; MENDES E SOUZA, 2008),

Sabe-se que a corrupção tem as mais diversas variações de país para país, porém as causas principais são comuns, como: a falta de aplicação das leis e regulamentos, lacunas nos sistemas de gestão, a falta de prestação de contas das instituições, a fraqueza dos mecanismos de controle e supervisão, a fraqueza do cometimento dos gestores da administração pública no combate à corrupção, a prática de nepotismo, favoritismo e clientelismo, a degradação dos valores morais e éticos, a fraqueza da participação da sociedade no combate à corrupção e a falta de uma forte comunicação social independente.

Diante do exposto espera-se que um dia, a postura da sociedade, seja ela, nacional ou internacional, de uma forma geral modifique-se ao ver os corruptos e os corruptores não como espertalhões, mas como genocidas, por privarem a população de uma melhor qualidade de vida e o país de um crescimento ou desenvolvimento econômico sustentado em bases sólidas.

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O grau de integração da economia mundial por intermédio da globalização forçou os países a buscarem um desempenho satisfatório nos planos de crescimento e de desenvolvimento econômico. Mas afinal, existe diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico?

Por crescimento econômico, Milone (2006, p. 485) afirma, “entende-se o aumento contínuo do produto nacional em termos globais ou per capita ao longo do tempo”. Para Vasconcellos e Garcia,

Crescimento econômico é o crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo. O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia). (VASCONCELLOS e GARCIA, 2000, p. 205).

O desenvolvimento econômico é, para Cacciamali (2006, p. 406), “parte da teoria econômica que se preocupa com a melhoria do padrão de vida da coletividade ao longo do tempo, estudando questões como: progresso tecnológico, estratégia de crescimento, entre outros”.

A diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico, para Ramalho é que:

[...] o crescimento não conduz automaticamente à igualdade nem à justiça social, pois não leva em consideração nenhum outro aspecto da qualidade de vida a não ser o acúmulo de riquezas. O desenvolvimento, por sua vez, preocupa-se também com a geração de riquezas, mas tem o objetivo de distribuí-las, de melhorar a qualidade de vida (saúde, educação, lazer, etc.) de toda a população. (RAMALHO, 2006, p.8).

O desenvolvimento econômico é muito mais amplo, pois a partir do momento que as formas como é produzido determinado bem ou na prestação de um serviço são alteradas, e essas alterações estão vinculadas diretamente a uma melhor aplicação dos fatores de produção – terra, capital e trabalho, repercutem na melhora da qualidade de vida, pois os indicadores socioeconômicos como, pobreza, desemprego, desigualdade social, alimentação, saúde, educação e moradia são melhorados. Ao promover o desenvolvimento econômico-social, entendido como a realização pessoal dos indivíduos de um país ou região, se faz necessário observar os indicadores econômicos de desenvolvimento.

Os indicadores econômicos são grandezas expressas em valor numérico, que possuem como utilidades: aferir os níveis de desenvolvimento de países, regiões, ou empresas; compreender, informar e prever o comportamento de uma economia; aujizar a política econômica do governo. Dentre os indicadores econômicos, destacam-se:

- **Produto Interno Bruto (PIB)**, para Vasconcellos e Garcia (2000, p. 104) é, “somatório de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território nacional num dado período, valorizados a preço de mercado, [...] os fatores de produção são de propriedade de residentes ou não-residentes”. Ou seja, é a soma de todos os serviços e bens produzidos num determinado período – mensal, semestral ou anual - num determinado país, Estado, cidade ou continente.
- **Produto Nacional Bruto (PNB)** é resultante do somatório do Produto Interno Bruto com a renda recebida no exterior e deduzir a renda que é enviada ao exterior trata-se da renda que pertence aos residentes do país.
- **Produto Interno Bruto per capita dos países (PIBpc)** é a medida de pobreza por excelência, e todos os indicadores sociais são fortemente relacionados a ele, ou seja, quanto menor o PIB per capita de um país, piores serão seus indicadores sociais.

Porém, para alcançar o desenvolvimento tão almejado, os indicadores econômicos como o PIB (Produto Interno Bruto) e o PNB (Produto Nacional Bruto) não são suficientes.

Estes ou outros índices que poderiam ser abordados, apenas oferecem uma visão parcial do crescimento e/ou desenvolvimento econômico, isto porque nenhum deles cobre todos os aspectos do crescimento ou do desenvolvimento são insuficientes para auferir a medição. O PIB é um indicador que não mede adequadamente o bem-estar da coletividade, porque não reflete as reais condições econômico-sociais de um país, segundo Vasconcellos e Garcia,

“[...], não registra a economia informal; não considera os custos sociais derivados do crescimento econômico, tais como poluição, congestionamentos, piora do meio ambiente etc.; não considera diferenças na distribuição de renda entre os vários grupos de sociedade”. (VASCONCELOS & GARCIA, 2000, p. 110).

- **Renda Nacional (RN):** é a soma de todos os rendimentos recebidos pelas empresas e pelas pessoas durante um ano.
- **Renda per capita:** é a renda média da população. É calculada dividindo-se a Renda Nacional ou o Produto Nacional Bruto pelo número de habitantes.

Porém, para uma avaliação mais completa da real condição socioeconômica de um país, segundo Vasconcellos e Garcia (2000, p. 110) é, “[...] considerar também outros indicadores, como grau de distribuição de renda, analfabetismo, mortalidade infantil, expectativa de vida, leitos hospitalares per capita, calorias e proteínas per capita”.

Sendo assim, dentre os indicadores sociais utilizados, tem-se o **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**, elaborado em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq e utilizado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas. O IDH mede o nível de desenvolvimento socioeconômico dos países, regiões e municípios, e é calculado pela média simples de três componentes: **longevidade**, avaliada pela expectativa de vida ao nascer (em anos); **educação** (taxa de alfabetização, e taxa de matrícula nos três níveis de ensino) e **nível de renda** (PIB real per capita em dólares PPC - Paridade do Poder de Compra). O IDH varia de 0 a 1. Países desenvolvidos apresentam IDH próximo a 1(um); os subdesenvolvidos, próximos a 0 (zero).

Outro índice utilizado, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é o **Índice Gini**, mede o grau de concentração de renda em determinado grupo, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. É um índice apropriado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para mensurar a igualdade ou desigualdade dos países na distribuição de renda da população, com variação numa escala entre 0 a 1. Ao atingir o valor 0 (zero) corresponde a situação de igualdade, distribuição igualitária da renda, onde todos possuem a mesma renda; enquanto, o valor 1(um) representa o oposto, ou seja, concentração da renda nas mãos de uma única pessoa. Esse índice visa mensurar a homogeneidade socioeconômica da sociedade.

De fato, todos esses índices repercutem em uma única linha de pensamento, que ao atingir considerados níveis de desenvolvimento econômico, será visível a redução das desigualdades socioeconômicas, o que remete a melhoria no padrão de vida da população, pois está terá acesso aos bens e serviços, entretanto, está se tornando uma falácia, afinal é perceptível a dificuldade da população em adquirir esses bens e serviços, especialmente os públicos. E um dos maiores entraves que impõe essa dificuldade de acesso aos bens e serviços públicos, é a corrupção, porque não se trata somente da subtração de recursos, mas da diminuição da disponibilidade desses bens e serviços para a coletividade.

O custo da corrupção seja no Brasil ou no mundo é extremamente elevado, ao impedir o desenvolvimento econômico, comprometendo a possibilidade de oferecer à população, melhores condições econômico-sociais; e às empresas, melhores condições de infraestrutura e um ambiente de negócios mais estável e confiável.

OS PREJUÍZOS CAUSADOS PELA CORRUPÇÃO:

A função de quantificar os atos corruptos é difícil, por não existirem indicadores específicos da corrupção, pode-se considerar indicadores como supostos medidores da corrupção. Inclusive, não se acredita nas estimativas desses indicadores, por não existirem instrumentos científicos que comprovem de fato os resultados.

Atualmente, como “medidor” da corrupção é utilizado pela Transparência Internacional (TI), organização não-governamental sediada em Berlim, é o **Índice de Percepção da Corrupção (IPC)**, cuja missão é estimular mudanças em direção a um mundo livre de corrupção. Esta entidade é responsável desde 1995 pela publicação do “*Global Corruption Barometer*”, relatório publicado anualmente, que detecta o **Índice de Percepção da Corrupção** nos setores públicos dos países, a partir de avaliações das fundações, das ONGs, dos centros de estudos e dos Bancos de desenvolvimento. Através da variação da escala de 0 a 10, onde classifica-se a alta percepção de corrupção (“absolutamente corrupto”) com 0 (zero), e o baixo nível de percepção (“absolutamente íntegro”) com 10.

A corrupção agrava a desigualdade social ao desviar recursos dos programas de governo. Iquiapaza e Amaral (2007 p. 12) confirmam “pelo lado dos empreendimentos, a corrupção diminui os incentivos e a viabilidade dos investimentos marginais que poderiam ser outra fonte geradora de crescimento”. Ou seja, a corrupção distorce e torna deficiente o cenário socioeconômico, afeta os investimentos diretos a longo prazo, sejam eles, nacionais ou internacionais, compromete a competitividade do país, reduz a eficiência do governo nos gastos públicos, principalmente nas áreas da saúde e da educação.

Existem outros reflexos provenientes da corrupção que são gritantes, segundo Oliveira, como:

- a) enfraquece o controle do Estado;
- b) desvia a aplicação de capitais dos empreendimentos úteis para as aventuras de autênticos jogos de azar;
- c) encaminha os projetos e as realizações para o enriquecimento dos corruptos;
- d) depaupera as vítimas, inclusive o Estado que sofre verdadeiras sangrias;
- e) enfraquece o crédito nos negócios particulares ou públicos;
- f) estimula a desconfiança do contribuinte que não vê a retribuição de seus tributos;
- g) propicia a fuga de divisas para o exterior, para as contas numeradas e outros destinos;
- h) instabiliza os negócios privados e a administração pública;
- i) desampara os programas sociais, exceto quando vai ao ponto de atingi-los;
- j) desvia as energias de funcionários, que passam a ser dirigidas para os negócios escusos;
- k) vicia a própria fiscalização pelo Estado, uma vez que atinge os fiscais;
- l) exige gastos ponderáveis para a manutenção dos órgãos de controle e de repressão;
- m) solapa o crédito da administração. (OLIVEIRA, 1994, p. 156).

A corrupção além do déficit financeiro repercute, para Delforge em:

O descontentamento, a falta de esperança na mudança e no fim do círculo vicioso – fazem com que as pessoas aceitem a corrupção como um estigma da classe política, da cultura nacional, do modo de vida do homem, desacreditando nas instituições democráticas e acreditando em velhos e fracassados remédios de poder e controle social. (DELFORGE, 2011, p. 65).

Portanto, todas as evidências mostram que a corrupção prejudica tanto em termos socioeconômicos como em termos morais um país, pois a credibilidade desse país é questionável. Ou seja, ela não somente desvia recursos de outros setores imediatos, como também aumenta consideravelmente os encargos fiscais; além de tornar os serviços básicos ineficientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independente do sistema político, econômico-social do país, o panorama da corrupção é semelhante. Tornou-se corriqueiro ver casos de desvios de conduta, principalmente dos políticos, no Brasil ou no mundo. É um fenômeno reconhecidamente antigo que provoca grandes prejuízos onde ocorre, no entanto, no decorrer dos anos, a sociedade de uma forma geral está mais consciente ao vincular o aspecto micro, a prática cotidiana da corrupção, com o macro, o desenvolvimento econômico-social do país, ou seja, um custo extremamente elevado para qualquer país. Daí a crescente utilização de índices que medem o nível da corrupção, porém, diante das análises desses índices deve-se ter bastante cautela, afinal a corrupção é um fenômeno puramente empírico, o que torna difícil sua quantificação.

Analisar os impactos provenientes do “fenômeno” corrupção nos indicadores de desenvolvimento econômico nos remete aos fatores causais e/ou ocasionais responsáveis pela sua repercussão, seja no contexto nacional ou internacional, para que possam ser combatidos. Os fatores mais gritantes, especificamente no Brasil, são: a impunidade, o não cumprimento de uma pena por alguém formalmente condenado em virtude de um delito; e a crescente profissionalização da política, aumentando o custo das campanhas eleitorais e a dependência dos candidatos pelas empresas e empreiteiras dispostas a investir em troca de favores.

Por se tratar da diminuição da disponibilidade de bens e serviços para a coletividade, a corrupção tem sido o maior entrave ao crescimento e ao desenvolvimento de muitos países, inclusive do Brasil.

Pela relevância do assunto, fica aqui a sugestão para que futuras pesquisas sejam realizadas. Afinal, a abordagem de um assunto tão intrigante, mesmo tratando-se de um trabalho cuja fonte de pesquisa é a bibliográfica, foi possível revelar a que ponto um país está fadado ao fracasso, se não houver o desvencilhamento desse caos denominado “corrupção”, que há séculos corre nos anais da História seja no contexto nacional ou internacional, travando o desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Causas estruturais da corrupção no Brasil**. Revista Espaço Acadêmico – Nº 64 – setembro/2006.

Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/064/64andrioli.htm>.

Acesso: 19/06/2015.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Distribuição de renda no Brasil**: persistência do elevado grau de desigualdade. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marcos Antônio Sandoval de. Manual de Economia. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 406 – 421.

DELFORGE, Thaisa Collet dos Santos. **A governança pública no combate à corrupção**. In. Prevenção e combate à corrupção no Brasil: 6º Concurso de monografias: trabalhos premiados / Presidência da República, Controladoria-Geral da União. — Brasília: CGU, 2011, p 55 - 103.

Disponível em <http://www.cgu.gov.br/concursos/Arquivos/6.../2-Lugar-Universitarios.pdf>

Acesso: 19/06/2015.

HAGE, Jorge. **Diagnóstico da corrupção no Brasil**. 12 set. 2008.

Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=MZORQQjDBXo&feature=related>.

Acesso: Acesso: 19/06/2015.

IQUIAPAZA, Robert; AMARAL, Hudson. Reflexões do Impacto da Corrupção no Desenvolvimento Econômico: Uma Revisão na Economia Brasileira. January 2007. Disponível em:

http://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/2894/1/reflexoes_do_impacto_da_corrupcao.pdf

Acesso: Acesso: 19/06/2015.

MEDEIROS, Karl Marx de. **O impacto da corrupção na sociedade**. In: E-Revista Facitec, volume 5, nº1, Art.2, ago-dez 2010. Disponível em:

http://www.facitec.br/erevista/index.php?option=com_content&task=view&id=9&Itemid=2

Acesso: Acesso: 10/06/2015.

MENDES, Estrela Maia Bravo; SOUZA, Marcelo Agamenon Góis de. **A CORRUPÇÃO**. In: ETIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ISSN 21-76-8498, Vol. 4, Nº 4 - 2008. Disponível em:

<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewArticle/1701>

Acesso: Acesso: 10/06/2015.

MILONE, Paulo César. **Crescimento e desenvolvimento econômico**: teorias e evidências empíricas. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marcos Antônio Sandoval de. Manual de economia. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 483 – 499.

OLIVEIRA, Edmundo. **Crimes de corrupção**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

RAMALHO, Renato Marques. **Corrupção, Instituições e Desenvolvimento**: A Corrupção tem impacto sobre o desempenho econômico? São Paulo, 2006. 42 p. Dissertação mestrado em Economia - Escola de Economia de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas.

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. **A economia política da corrupção**. São Paulo: Transparência Brasil, 2001.

Disponível em: <http://www.transparencia.org.br/docs/MFernandes1.pdf>.

Acesso: Acesso: 19/06/2015.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Curso de Economia**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. São Paulo:

Saraiva, 2000.

Especialista em Gestão Fiscal e Planejamento Tributário – FANESE; Especialista em Gestão Estratégica de Recursos Humanos – FASE; Bacharel em Ciências Contábeis - UFS e Bacharel em Ciências Econômicas – UNIT.

E-mail: aracaju66@ig.com.br

Recebido em: 29/06/2015

Aprovado em: 30/06/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: